

Relato de experiência de um projeto de extensão com universitários/as campesinos/as em tempos de pandemia: formação para pesquisa

 Pablo Henrique Teodoro de Lima¹,  Sandra Regina Sanches Ribas²,  Luiz Paulo Ribeiro³,
^{1, 2, 3} Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Departamento de Ciências Aplicadas à Educação. Faculdade de Educação. Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627, Pampulha Belo Horizonte - MG. Brasil.

Autor para correspondência/Author for correspondence: phenriquetheodoro@live.com

RESUMO. Tendo em vista o cenário pandêmico causado pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), a Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Minas Gerais promoveu, por meio do projeto de extensão “Povos do Campo e a Pandemia da COVID-19”, ações que visavam a aproximação da Universidade com a realidade da população campesina. Dentre as atividades promovidas, foi ofertado o minicurso “Normas da ABNT para Trabalhos Acadêmicos e Ferramentas de Pesquisa Acadêmica” que teve como objetivos principais, atendendo às necessidades dos estudantes da Licenciatura em Educação do Campo (lecampinos e lecampinas), auxiliar aos licenciados, principalmente àqueles em processo de escrita da monografia, a dominarem técnicas de pesquisa, escrita, formatação e normalização acadêmica, bem como conscientizá-los sobre a importância da pesquisa para a sociedade. Os resultados do minicurso evidenciaram que, mesmo em tempos pandêmicos e em meio a grandes dificuldades de acesso a recursos, foi possível promover estratégias que visam à inclusão dos povos campesinos e à superação das desigualdades sociais.

Palavras-chave: licenciatura em Educação do Campo, formação de professores, monitoria no Ensino Superior, pandemia.

Experience report on an extension project with rural university students in times of a pandemic: training for research

ABSTRACT. In view of the pandemic scenario, caused by the new coronavirus (SARS-CoV-2), the Degree in Rural Education at the Federal University of Minas Gerais promoted, through the extension project “Povos do Campo and the COVID-19 Pandemic”, actions aimed at bringing the University closer to the reality of the peasant population. Among the activities promoted, the mini-course “ABNT Standards for Academic Works and Academic Research Tools” was offered, whose main objectives, meeting the needs of students, help graduates, especially those in the process of writing the monograph, to master techniques of academic research, writing, formatting and standardization, as well as making them aware of the importance of academic research for society. The results of the mini-course showed that, even in pandemic times and in the midst of great difficulties in accessing resources, it was possible to promote strategies aimed at the inclusion of peasant peoples and overcoming social inequalities.

Keywords: degree in rural education, teacher training, monitoring in higher education, pandemic.

Informe de experiencia sobre un proyecto de extensión con universitarios rurales en tiempos de pandemia: formación para la investigación

RESUMEN. Ante el escenario de pandemia, provocado por el nuevo coronavirus (SARS-CoV-2), la Licenciatura en Educación Rural de la Universidad Federal de Minas Gerais promovió, a través del proyecto de extensión “Povos do Campo y la Pandemia del COVID-19”, acciones encaminadas a acercar la Universidad a la realidad de la población campesina. Entre las actividades promovidas, se ofreció el minicurso “Estándares ABNT para Trabajos Académicos y Herramientas de Investigación Académica”, cuyos principales objetivos, atendiendo las necesidades de los ‘Lecampinos’, ayudar a los graduados, especialmente a aquellos en proceso de redacción de la monografía, a dominar técnicas de investigación académica, redacción, formato y estandarización, así como concienciarlos sobre la importancia de la investigación académica para la sociedad. Los resultados del minicurso mostraron que, aún en tiempos de pandemia y en medio de grandes dificultades para acceder a los recursos, fue posible impulsar estrategias encaminadas a la inclusión de los pueblos campesinos y la superación de las desigualdades sociales.

Palabras clave: licenciatura en educación rural, formación docente, seguimiento en educación superior, pandemia.

Introdução

A proposta deste artigo é apresentar a experiência de um minicurso ministrado a estudantes da Licenciatura em Educação do Campo (LECampo) da Faculdade de Educação (FaE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em tempos de pandemia da COVID-19, por meio de um projeto de extensão por ela ofertado. As licenciaturas em educação do campo atendem sujeitos provenientes de contextos camponeses de diferentes municípios localizados em zonas rurais do Brasil e, por isso, atende a sujeitos que estão envolvidos com o campesinato.

As lutas pela conquista de uma educação de nível superior especializada na formação de professores do campo, resguardadas as especificidades dessa modalidade de ensino, partiram dos próprios camponeses organizados pelos movimentos sociais, sindicais e religiosos (Molina, 2017). Os cursos piloto aconteceram na UFMG, UNB, UFBA e UFS, em 2005, e tiveram, segundo Antunes-Rocha (2019), relevante contribuição do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) nesse processo. Na UFMG, foco deste estudo, o curso sempre manteve o princípio de educação contra-hegemônica, buscando formar sujeitos críticos e conscientes da realidade social e das lutas empreendidas no seio da sociedade capitalista.

Nessa perspectiva, é importante lembrar que as Licenciaturas em Educação do Campo partiram do desejo e da necessidade dos camponeses, de modo que a matriz curricular dos cursos ganhou forma por meio da materialidade histórica daqueles que as formaram. “Foram as experiências formativas acumuladas pelos trabalhadores rurais ... nas lutas pelo direito à terra e à educação, que possibilitaram o acúmulo de forças que levou à elaboração e implantação dos cursos” (Molina, 2017, p. 589).

Leal, Dias e Camargo (2019) evidenciam que as Licenciaturas em Educação do Campo foram concebidas originalmente nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) e Dilma Rousseff (2011-2016) e que contavam, em meados de 2019, com 225 turmas, mais concentradas nas Regiões Norte e Nordeste do país. Os autores elucidam que, desde sua criação, as Licenciaturas em Educação do Campo têm enfrentado problemas semelhantes como a “ausência da garantia de fundos públicos adequados, visando ao atendimento das necessidades e especificidades dos cursos” (Leal, Dias & Camargo, 2019, p. 50), moradias universitárias suficientes e adequadas, transporte e alimentação que garantam a qualidade e a permanência do estudante nas Licenciaturas em Educação do Campo. Para eles, os

movimentos sociais tiveram, e ainda têm, papel determinante na captação de recursos para preencher essas lacunas históricas.

Na UFMG, conforme ressalta Antunes-Rocha (2019), a concepção do curso foi uma demanda que partiu do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), cujo propósito era formar professores que atuassem no Ensino Fundamental e no Ensino Médio em regime de alternância, organizado em tempos formativos: Tempo Escola (TE) e Tempo Comunidade (TC). As habilitações propostas, organizadas em Ciências da Vida e da Natureza (CVN), Ciências Sociais e Humanidades (CSH), Línguas, Arte e Literatura (LAL) e Matemática (MAT) foram denominadas assim por áreas de conhecimento e tiveram início em 2005.

Em 2009, o curso tornou-se regular na UFMG, sendo também de grande importância na consolidação da educação do campo enquanto política pública, fruto da atuação do Movimento de Luta pela Educação do Campo. Segundo Molina *et al.* (2019, p.3), propiciou, ao longo dos últimos 20 anos, novas práticas educativas em diferentes modalidades e níveis de ensino, desenvolvimento de diferentes projetos, como também a produção de um vasto conhecimento acadêmico sobre a temática nas diversas regiões do país.

Antunes-Rocha (2019) aponta que o percurso da LECampo (FaE-UFMG) foi preponderante para a elaboração do repertório que subsidiou a implementação do curso como uma política nacional de governo. Além de estratégias como cursos de aperfeiçoamento e especializações, a FaE estimulou, e tem mantido, importantes debates por meio de uma linha de pesquisa em Educação do Campo no Mestrado Profissional, em diálogo com o Mestrado Acadêmico e outras linhas de pesquisa, promovendo conexões e discussões mais aprofundadas sobre a realidade da Educação do Campo. Por meio de debates, pesquisas, diálogos em movimentos sociais e sindicais, além de suporte em assentamentos, a LECampo tem proporcionado uma aproximação mais estreita entre o sujeito do campo e as políticas a ele direcionadas, colocando-o como protagonista em suas demandas e oportunizando-lhe tomar o lugar de fala.

O resultado desse processo pode ser verificado nas “efetivas alterações em práticas escolares, na formação e práticas docentes e na trajetória socioprofissional dos egressos e das comunidades que desenvolvem projetos educacionais vinculados a essa perspectiva” (Molina *et al.*, 2019, p. 3). Grande parte dessa produção de conhecimento demonstra partir da própria vivência dos povos camponeses, refletidas “nas, com as e por meio das práticas sociais

protagonizadas por seus sujeitos, ligada aos contextos territoriais nos quais se produz sua vida material” (Molina *et al.*, 2019, p. 3).

Múltiplos sujeitos, lutas e histórias constituem as Licenciaturas em Educação do Campo no Brasil. Entre os sujeitos podemos encontrar “assentados, acampados, quilombolas, ribeirinhos, agricultores familiares, integrantes de comunidades de fundo de pasto, geraizeiros, integrantes de comunidades indígenas” (Molina & Martins, 2019, pp. 23-24). Caldart (2019) evidencia que “sem entender o desenvolvimento histórico da agricultura camponesa, ou do modo camponês de fazer agricultura em todas as suas relações e determinações, não se entende a construção histórica da concepção de EdoC” (Caldart, 2019, p. 63). Dessarte, chama atenção para uma educação crítica e reflexiva em consonância com o contexto camponês brasileiro:

No desenvolvimento histórico da EdoC tem sido muito importante a compreensão, pelos seus sujeitos, que a especificidade defendida nas lutas não está em criar uma nova concepção de educação, mas em se apropriar e continuar, desde suas raízes e circunstâncias materiais, a construção de uma teoria pedagógica cuja tradição a EdoC se insere (Caldart, 2019, p. 70).

Quanto a esse aspecto fundamental da constituição das Licenciaturas em Educação do Campo no Brasil, Molina (2017) e Molina *et al.* (2019) concordam que esses cursos são originados no seio das lutas de classes. Assim, não é possível que se conjecture a Licenciatura em Educação do Campo desvinculada da realidade social, apartando-se qualquer possibilidade de se pensar a neutralidade na produção dos conhecimentos científicos e dos saberes hegemônicos. “As LEdoCs são planejadas considerando-se a luta de classes no campo brasileiro e colocando-se como parte e ao lado do polo do trabalho, assumindo e defendendo a educação como um direito e um bem público e social” (Molina, 2017, p. 590).

Os desafios da Educação do Campo e a pandemia da COVID-19 na UFMG

Considerando o contexto de pandemia causado pelo coronavírus (SARS-CoV-2), em março de 2020 foram suspensas todas as atividades de ensino da UFMG. Desse modo, cumprindo as orientações, todas as atividades desenvolvidas pela LECampo também foram suspensas. A partir de julho/agosto de 2020, com as novas orientações da universidade, as atividades foram retomadas no formato do Ensino Remoto Emergencial (ERE), substituído em agosto de 2021 pelo Ensino Híbrido Emergencial (EHE). Entre os dias 27 de maio e 9 de

junho de 2020, o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFMG criou um questionário *online* para consultar os discentes da instituição sobre o retorno às aulas de forma remota.

O questionário apresentava 47 questões alternadas entre múltipla escolha e abertas, e tinha como objetivo conhecer as condições de acesso dos estudantes aos meios tecnológicos e à internet durante o processo de isolamento social provocado pela pandemia da COVID-19. Todos os estudantes, segundo o relatório do DCE-UFMG, foram convidados a participar da pesquisa, desde que tivessem a matrícula ativa no período letivo de 2020, incluindo estudantes de graduação, pós-graduação, intercambistas e matriculados em disciplinas isoladas. As análises dos questionários foram realizadas considerando-se as especificidades do curso de cada discente, dividindo-os em graduação, especialização, mestrado, doutorado, disciplinas isoladas e intercambistas. Dessa forma, foram apresentados relatórios distintos para cada nível de ensino oferecido pela Universidade. O recorte utilizado foi seccionado a partir do curso de Licenciatura em Educação do Campo oferecido pela instituição.

Dos 119 discentes ativamente matriculados na LECampo, 57 responderam ao questionário, somando-se o total de 48% de respondentes em relação à população do curso. As análises mostram que 98% dos estudantes da Educação do Campo são nivelados pela Fundação Universitária Mendes Pimentel (FUMP) de assistência social, sendo que 91% deles alegaram que antes da pandemia a moradia universitária da UFMG era a sua residência principal. Com a chegada da pandemia, essa população retornou para o seu núcleo familiar, majoritariamente rural, o que afetou em vários contextos a dinâmica desses estudantes. Na moradia universitária, além de ter um quarto individual, com espaço adequado para seu processo de estudo, o estudante contava também com acesso à internet banda larga fornecida pela UFMG. Ao retornar para o campo, os estudantes já não contavam com essa estrutura física e digital, uma vez que o acesso à internet nas zonas rurais é limitado e, muitas vezes, não alcança as residências dos estudantes.

A universidade, compreendendo que seus estudantes assistidos pela FUMP passariam por esse tipo de problema, criou uma série de auxílios, tanto alimentares quanto de acesso a meios digitais, para tentar amenizar os impactos provocados pela pandemia. Entretanto, por mais que os auxílios fossem extremamente importantes naquela situação, pode-se questionar se estes foram efetivos em relação ao acesso à internet, uma vez que a falta de estruturas físicas que levassem conexão de internet para o interior do país estavam – e permanecem – para além das possibilidades de resolução da Universidade.

Cabe ressaltar que, no período de suspensão de atividades, mesmo sem as atividades regulares de ensino, foram realizadas atividades de extensão para acompanhamento dos estudantes e suas comunidades. O projeto “Povos do Campo e a Pandemia da COVID-19” foi então proposto e realizado para tal acompanhamento (Leal, Martins & Ribeiro, 2021; Ribeiro *et al.*, 2021). Além de atividades de acompanhamento das condições de saúde nas comunidades dos alunos, foram implementadas outras ações como “Saraus da Terra”, momentos para manter o vínculo entre os estudantes, criar espaços de valorização e apresentação cultural e política, assim como um minicurso de Normas da ABNT para Trabalhos Acadêmicos e Ferramentas de Pesquisa Acadêmica realizado por seus monitores.

A monitoria no Ensino Superior

As atividades desenvolvidas pelos licenciandos da LECampo da FaE/UFMG ao longo do minicurso são acompanhadas por monitores e monitoras – mestrandos e doutorandos – participantes do Programa de Incentivo à Formação Docente (PFID). O PIFD oferece bolsas de complementação para alunos da pós-graduação *strictu sensu* (mestrado, mestrado profissional e doutorado) atuarem junto aos diversos cursos de graduação (licenciatura e bacharelado), auxiliando de forma direta aos docentes dos respectivos cursos a planejarem e ministrarem, de forma mais satisfatória, as atividades curriculares propostas.

A monitoria, enquanto atividade que visa à iniciação à docência no Ensino Superior, deve despertar e estimular no discente da pós-graduação “o interesse pela docência, oferecendo-lhe oportunidade para aprofundar conhecimento e estreitar relações entre os segmentos docente e discente nas atividades de ensino/aprendizagem” (Gonçalves *et al.*, 2021, p. 3). O trabalho da monitoria apresenta-se, portanto, fundamentalmente ligado ao desenvolvimento de uma relação mais próxima entre os campesinos e os professores dos cursos de licenciatura.

A monitoria, caracterizada pela participação ativa de discentes na elaboração, desenvolvimento e avaliação das atividades propostas no processo de ensino-aprendizagem de nível superior, atende ao proposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394, de 20 dezembro de 1996 – que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e, em seu Art. 84, esclarece que: “Os discentes da educação superior poderão ser aproveitados em tarefas de ensino e pesquisa pelas respectivas instituições, exercendo funções de monitoria, de acordo com seu rendimento e seu plano de estudos (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

A partir do exposto, consideramos de fundamental importância refletir e problematizar o papel da monitoria na formação de futuros docentes do magistério superior, e neste caso, mais especificamente, de monitores da pós-graduação *strictu sensu* (mestrado e doutorado), que atuam com alunos da LECampo. Conforme exposto em lei, é pré-requisito para ingresso em monitorias a comprovação, por parte do interessado, das habilidades e competências necessárias para o bom desenvolvimento das atividades propostas.

No caso da atuação junto à LECampo, a apresentação dessas habilidades e competências é intensificada pelas especificidades da Educação do Campo e dos sujeitos que a ela recorrem, majoritariamente camponeses e camponesas. Dentre as atividades realizadas pelos monitores da LECampo/FaE/UFGM durante o Tempo Escola (TE), de permanência da universidade, destacamos: (i) organização de momentos de socialização e debate dos licenciandos; (ii) acompanhamento de disciplinas; (iii) auxílio aos professores durante o planejamento e desenvolvimento de aulas; (iv) acompanhamento dos Grupos de Trabalhos (GTs); e (v) participação em plenárias para tomada de decisões coletivas.

Essas decisões estão relacionadas tanto à organização do TE, quanto ao planejamento do TC e a avaliação das atividades realizadas, como: (i) participação em grupo de estudo com temas relacionados ao curso; (ii) acompanhamento e suporte presencial e virtual dos licenciandos; (iii) estágio obrigatório; e (iv) coorientação e participação em bancas de defesas dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's). A atuação em tais atividades permite aos monitores o desenvolvimento de uma visão holística sobre o curso, abrangendo, por exemplo, as dimensões institucional e pedagógica. Isto contribui para sua formação, fomentando a construção de novos significados em relação ao processo de ensino e aprendizagem no Magistério Superior.

Nesse nível de ensino, portanto, o trabalho da monitoria apresenta-se fundamentalmente ligado ao desenvolvimento de uma relação mais próxima entre os camponeses e os professores dos cursos de licenciatura, uma vez que sendo o curso ofertado em alternância e permanecendo os lecampinos a maior parte do curso em suas comunidades, torna-se difícil o acompanhamento satisfatório por parte dos docentes a todos os discentes, oriundos de diferentes localidades e realidades do estado de Minas Gerais. A proximidade entre docentes, discentes e monitores em processo de formação docente, portanto, oportuniza o diálogo e a construção de saberes e estratégias que viabilizam o trabalho educativo em condições adversas, como pudemos verificar no caso da educação camponesa em tempos de pandemia.

A oferta de um minicurso em tempos de pandemia

O relato aqui apresentado, parte da experiência do grupo de monitores da LECampo da FaE/UFMG, bolsistas do PIFD no ano de 2020. Procura contextualizar uma experiência de trabalho remoto, em tempos de pandemia, com os licenciados da Educação Campo do respectivo curso. Para isto, foram utilizadas diferentes aplicativos e plataformas digitais como *WhatsApp*, *Google Meet*, *Zoom*, *YouTube*, *Microsoft Teams*, etc. No intuito de manter e estreitar laços durante o período pandêmico, além de viabilizar a comunicação com os licenciandos e outros interessados, foi criado o projeto de extensão “Povos do Campo e a Pandemia do COVID-19” que, dentre outras ações, busca promover: (i) encontros *on-line* sobre temáticas de interesse das turmas, visando à interação coletiva, informação, formação e partilhas; (ii) atualização das redes sociais do curso, com informações diversas e confiáveis sobre a relação entre povos do campo e pandemia; (iii) momentos formativos, como o minicurso aqui apresentado.

Procurando atender às demandas apresentadas pelos licenciandos, os monitores do Eixo – àqueles que não estão vinculados apenas a uma área de conhecimento, mas prestando assistência a todas as disciplinas pedagógicas da LECampo – elaboraram e conduziram o minicurso “Normas da ABNT para Trabalhos Acadêmicos e Ferramentas de Pesquisa Acadêmica”. Essa demanda advém da dificuldade encontrada pelos estudantes do curso na realização de pesquisas e escritas científicas, principalmente para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), bem como a dificuldade em empregar, de forma adequada, as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) na escrita e formatação dos trabalhos desenvolvidos em âmbito universitário.

Esse minicurso, que emergiu da demanda dos licenciandos, teve como objetivos: (i) auxiliar os licenciados, principalmente aqueles em processo de escrita da monografia, a dominarem técnicas de pesquisa, escrita, formatação e normalização acadêmicas; e (ii) conscientizá-los sobre a importância da pesquisa acadêmica para a sociedade. As atividades foram organizadas de forma síncrona e assíncrona, sendo adotadas diferentes metodologias de ensino-aprendizagem. Nos momentos síncronos, os cursistas experienciaram encontros expositivos e interativos dos conteúdos; webnários com professoras especialistas em metodologias de pesquisa; rodas de conversas com especialistas sobre pesquisa acadêmica; plantões tira-dúvidas e atividades coletivas de pesquisa e formatação de textos acadêmicos (Plataforma *Zoom*). Nos momentos assíncronos, os cursistas puderam interagir entre pares,

trocando experiências, construindo conhecimentos e trabalhando colaborativamente, além de complementarem as discussões feitas nas atividades síncronas por meio de atividades, *games*, textos, videoaulas e um questionário de avaliação da proposta do minicurso (Plataforma *Google Classroom*).

Antes de iniciar o minicurso, foi disponibilizado um questionário por meio do *Google Forms*, que contava com perguntas relacionadas às competências digitais dos cursistas, às condições de acessibilidade, tanto em equipamentos quanto em relação à internet, bem como informações adicionais sobre o Trabalho de Conclusão de Curso de cada discente e as motivações pessoais para realização da atividade de extensão. Com esse questionário foi possível recolher elementos importantes para a elaboração do planejamento do minicurso, mobilizando recursos para atender o máximo de inscritos possível.

O formulário de inscrição do minicurso foi preenchido por 42 estudantes matriculados na Licenciatura em Educação do Campo, sendo que destes, 13 (31%) pertenciam à área CVN; 13 (31%) à LAL; 09 licenciados à CSH e 07 (16,7%) matriculados na área de Matemática. Acredita-se que a maior procura por parte dos licenciandos vinculados à CVN e à LAL deu-se por estarem em processo de conclusão do curso de licenciatura e escrita da monografia. De todos os inscritos no curso, 54,8% (23 cursistas) estavam em processo de escrita da monografia.

Fazendo uso da avaliação formativa, foi possível acompanhar os cursistas durante as propostas das atividades e identificar as demandas que necessitavam de maior atenção, bem como aquelas que já se encontravam consolidadas. Ao final do percurso, como forma de avaliação somativa, foi desenvolvida aos cursistas uma atividade que solicitava os conhecimentos consolidados dos conceitos apresentados, de modo que, de forma prática e coletiva, eles pudessem empregar o que aprenderam realizando análises diversas de textos acadêmicos. Os cursistas responderam também a um questionário de avaliação do minicurso que possibilitou analisar a relevância da temática apresentada na formação dos lecampinos, bem como extrair algo da importância de atividades de extensão nessa etapa de formação, tendo a monitoria papel relevante na concretização dessas ofertas.

Desafios e possibilidades do minicurso em tempos de pandemia

O primeiro aspecto de grande relevância apontado no questionário de inscrição, corroborado por meio de relatos apresentados no questionário final respondido pelos cursistas, diz respeito ao acesso à internet e aos meios tecnológicos necessários para realização do

minicurso no formato on-line, devido ao Ensino Remoto Emergencial (ERE). Dos inscritos, 40,5% (17) declararam ter acesso moderado ao sinal de internet; 26,2% (11) acesso satisfatório; 23,8 (10) acesso fraco e 9,5% (4) acesso muito bom à internet. Desses, 16,7% (7) necessitavam se deslocar de sua residência para ter acesso à internet.

Em tempos normais, o ensino nas LEdoCs acontece em regime de alternância, dividindo-se entre tempo universidade e tempo comunidade (Molina, 2017; Molina, *et al.*, 2019). Essa alternância visa manter em suas comunidades, durante o curso de licenciatura, sujeitos que, muitas vezes, já desempenham o papel de professores, ou cumprem funções junto à família, na manutenção da subsistência por meio da agricultura familiar. A sua presença no meio rural é de fundamental importância (Molina, 2017). No entanto, privados da possibilidade de participar presencialmente do tempo universidade (ou tempo escola), esses camponeses viram-se, mais uma vez, confrontados com as disparidades de acesso aos recursos, algo já comum em suas histórias perpassadas pela ausência de políticas públicas.

Dadas as especificidades do momento, todos os cursistas encontravam-se em seus territórios de origem devido à pandemia, que levou todas as modalidades de ensino do país a experimentar, em maior ou menor temporalidade, o Ensino Remoto Emergencial (ERE). O fato de necessitarem ter acesso aos meios tecnológicos e à internet evidenciou mais um desafio enfrentado por esses sujeitos. A ausência de recursos no campo, e mais especificamente na Escola do Campo, segundo Ribeiro *et al.* (2021), é uma herança ainda da Escola Rural, cujas características, dado o quase completo esquecimento governamental, apresentava a falta de estrutura básica, ou equipamentos tecnológicos, precarização do trabalho docente, materiais didáticos desvencilhados da realidade do campo e frequentes ataques políticos, desestruturando, ou desarticulando, o trabalho escolar.

De acordo com Ribeiro *et al.* (2021) houve um recrudescimento das dificuldades de acesso à internet, evidenciando a exclusão digital à qual estão expostas as comunidades rurais. “É neste cenário que a pandemia chegou às populações camponesas, evidenciando todas as precarizações que podem ser consideradas históricas e decorrentes do descaso político e institucional para com a educação nos contextos rurais brasileiros” (Ribeiro *et al.*, 2021, p. 82).

Durante a realização do minicurso, nos encontros síncronos, os cursistas relataram aos monitores e aos demais colegas a necessidade de se locomover para outras localidades, onde teria acesso à internet, possibilitando a participação nas atividades ofertadas. Um dos estudantes chegou a relatar que precisava permanecer fora de casa, na rua, para que o sinal de

internet fosse mais estável. No questionário final do minicurso, foram comuns relatos que evidenciaram a dificuldade que o acesso à internet trouxe para a realização das atividades propostas:

Foi uma experiência incrível. Com o curso pude esclarecer diversas dúvidas e aprimorar ainda mais o meu conhecimento sobre as normas ABNT. Apesar das grandes dificuldades com a internet, aprendi muito com o curso. (Cursista A).

Participar do minicurso foi uma oportunidade muito gratificante. Contribuiu significativamente em minha formação. Infelizmente não tive a oportunidade de aproveitar melhor pela dificuldade de acesso à internet em minha residência. Não pude participar ativamente dos encontros virtuais. (Cursista B).

Eu amei a experiência do minicurso ABNT, apesar de não ter participado ativamente das reuniões *online*, pois a internet não colaborava. Todas as vezes que consegui participar, tive um excelente aproveitamento, que agregou em meu conhecimento. (Cursista C).

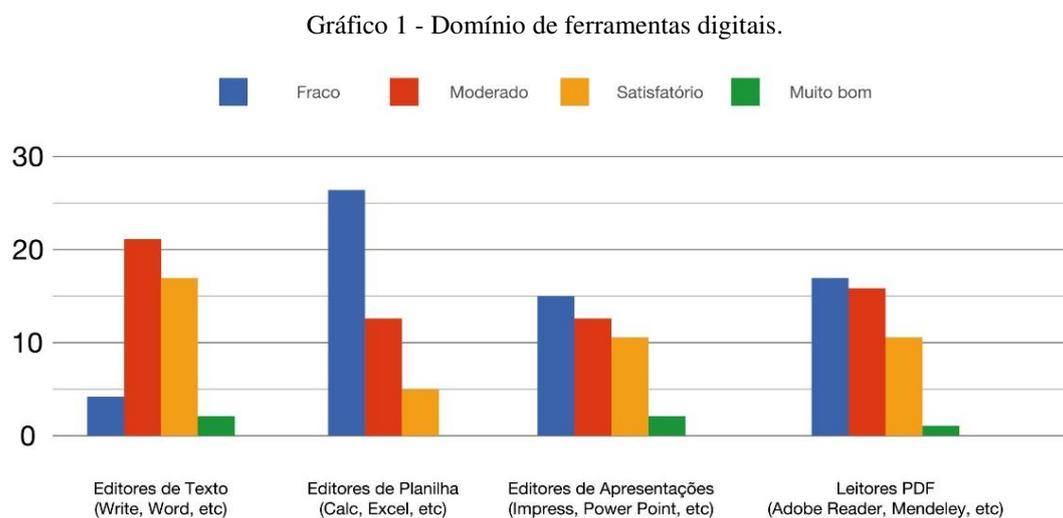
Para Ribeiro *et al.* (2021), as dificuldades de acesso aos recursos educacionais e tecnológicos, como infraestrutura e internet, são anteriores à pandemia da COVID-19 e foram apenas mais evidenciadas por esta. Dados apresentados pelos autores demonstram que, de acordo com a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG, 2020), mais de 700 mil estudantes foram excluídos das atividades remotas devido à dificuldade de acesso à internet. Dados da mesma pesquisa revelaram que, de acordo com os relatos dos camponeses, grande parte do acesso à educação nesse período pandêmico se deu por meio de materiais impressos. Quando esse acesso é feito de forma remota, o celular é a principal ferramenta eletrônica da qual eles dispõem, em detrimento de *tablet*, computador e *notebook*. No caso de possuir algum desses equipamentos tecnológicos, muitas vezes eles necessitam ser compartilhados entre membros da família, outro entrave ao processo de ensino-aprendizagem.

A dificuldade de acesso à internet, empecilho para execução do ERE, mais do que uma característica dos povos camponeses, reflete-se também nas grandes cidades, ou em qualquer outra região em que as pessoas apresentem maior vulnerabilidade socioeconômica, situação verificada em grande parte dos municípios atendidos pela Licenciatura em Educação do Campo em questão (Ribeiro *et al.*, 2021).

A realidade exposta por esta pesquisa é que, mesmo antes do período pandêmico, as escolas do campo não estavam preparadas para lidar com questões relacionadas à tecnologia, ou infraestruturas básicas que tornassem possíveis ações de enfrentamento a crises estruturais, como a que estamos defrontando atualmente.

Essas disparidades de acesso, não só à internet, mas também a outros recursos tecnológicos e educacionais, verificou-se também no questionário de inscrição do minicurso, uma vez que grande parte dos inscritos disseram ter um domínio fraco (51%, em média), ou

moderado (53%, em média), de ferramentas para edição de texto, tabulação de dados e apresentação de trabalhos. Isso demonstra que as dificuldades de acesso e ausência de instrução para correta utilização dessas ferramentas remontam a períodos anteriores à pandemia, considerando-se que o sujeito necessita de tempo hábil para aprender, sistematizar e utilizar determinado conhecimento.



Fonte: Questionário inicial de inscrição.
Nota: número de cursistas x ferramentas digitais.

A importância de dominar essas ferramentas pôde ser verificada na fala dos cursistas:

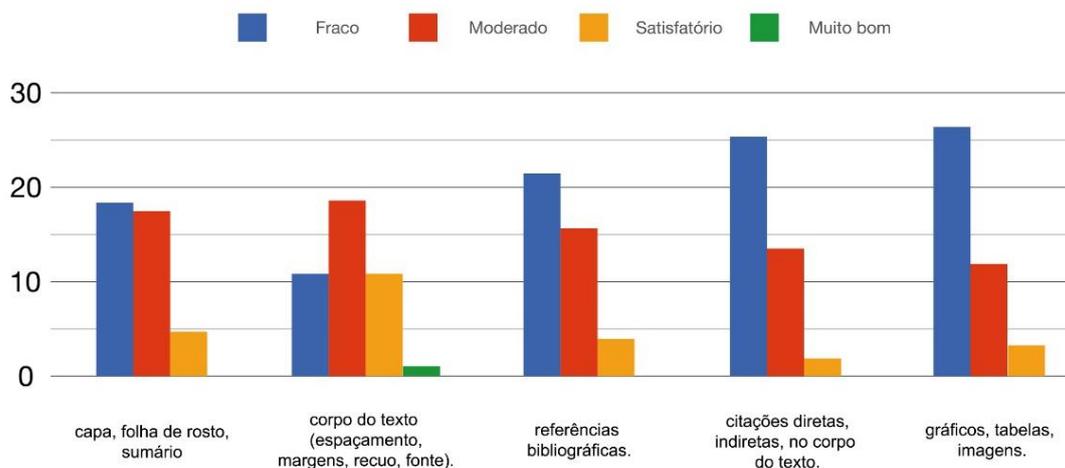
O minicurso foi muito enriquecedor, pois tive um pouco mais de noção enquanto ao uso das ferramentas como *Word* e *LibreOffice*, vi táticas úteis que irá me ajudar a economizar tempo e fazer um bom trabalho. Os conteúdos abordados no minicurso foram muito prazerosos de ver. Os monitores estão de parabéns. (Cursista D).

O minicurso foi de ótimo aprendizado e bem relevante para nossos trabalhos acadêmicos. Mesmo que aprendemos muito, sinto que ainda há muito o que aprender pois ainda tenho dificuldades em formatação e sei que com o tempo e com prática irei vencer essas e outras dificuldades que vão surgindo. Pretendo retornar ao material disponibilizado na plataforma para entender melhor e sempre em caso de dúvidas. Agradeço aos monitores e todos envolvidos. (Cursista E).

O domínio das normas científicas de produção e formatação de textos acadêmicos, bem como das possibilidades de pesquisa científica, foram outros aspectos que também se mostraram de grande relevância durante o desenvolvimento das atividades do minicurso (Gráficos 2 e 3). Isso evidenciou grande dificuldade por parte dos cursistas em empregarem corretamente as diretrizes para formatação de trabalhos seguindo as normas da ABNT,

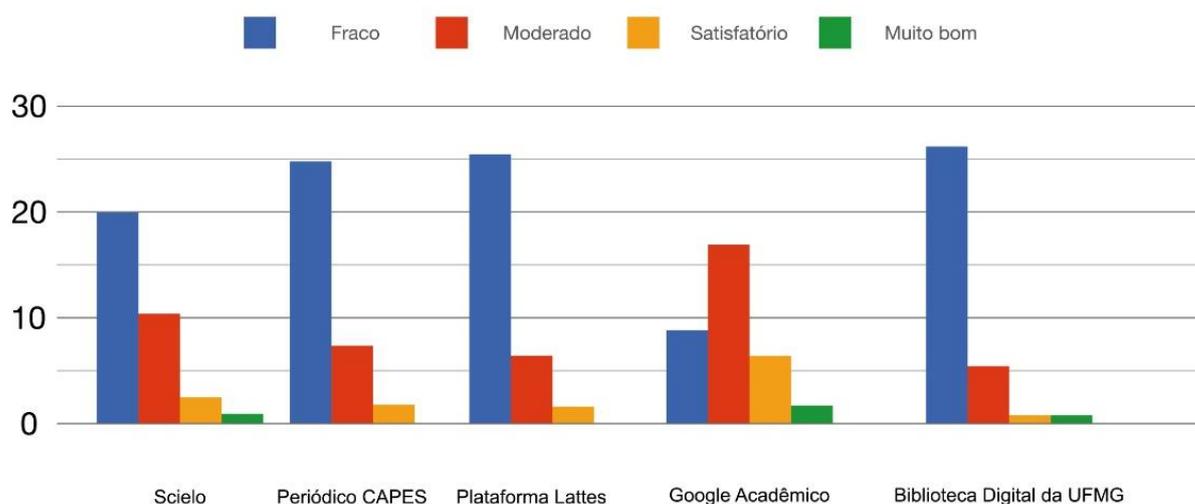
servindo-se de sites de pesquisas para encontrar artigos, revistas e periódicos acadêmicos durante a realização desses trabalhos acadêmicos.

Gráfico 2 - Domínio das normas da ABNT.



Fonte: Questionário inicial de inscrição.
Nota: número de cursistas x normas da ABNT.

Gráfico 3 - Domínio de sites de pesquisa acadêmica.



Fonte: Questionário inicial de inscrição.
Nota: número de alunos x sites de pesquisa acadêmica.

Pesquisa realizada por Molina *et al.* (2019), a partir de um levantamento de 76 trabalhos de pós-graduação, entre eles teses e dissertações produzidas entre 2009 e 2018 no Brasil, identificou que 19 dessas pesquisas trataram das dificuldades por parte dos lecampinos em se apropriarem dos saberes científicos ofertados pelos cursos acadêmicos. Não obstante, durante a realização do minicurso, foi possível constatar a mesma dificuldade, uma vez que para

muitos estudantes a maior dificuldade na elaboração de trabalhos acadêmicos, como a monografia, é a apropriação da forma como esses trabalhos devem ser escritos e normatizados, conforme os relatos:

O minicurso foi essencial para a minha formação no LECampo, pois até então, eu não possuía muito entendimento sobre as normas da ABNT e outras questões importantes para a formação acadêmica, como pesquisas acadêmicas, entrevistas etc. Com o minicurso, também pude me adaptar as aulas online, que já fazem parte da nossa realidade. (Cursista F)

A experiência foi muito satisfatória, visto que estou em processo de escrita do TCC e nesse processo muitas dúvidas vão surgindo, tendo no minicurso uma grande oportunidade de sanar essas dúvidas. O minicurso proporcionou esclarecimentos e aprendizagem que levarei por toda a minha formação, e usarei em distintos momentos da vida, seja ela acadêmica ou não. (Cursista G)

A dificuldade de apropriação da norma culta da língua, aspecto fundamental na escrita de trabalhos acadêmicos, foi apresentada na pesquisa de Molina *et al.* (2019) como outro aspecto de grande relevância dentre as pesquisas analisadas por elas. Para esse levantamento, consideraram as especificidades do emprego da linguagem acadêmica e científica, sem que para isso os povos camponeses necessitem prescindir de sua forma tradicional de comunicação, marcadas por regionalidades e culturas diversas, patrimônios dos povos tradicionais. “São desafios que dizem respeito, ao mesmo tempo, à garantia do direito dos sujeitos camponeses à linguagem acadêmica e científica e à obrigação da universidade em garantir-lhes esses ensinamentos ...” (Molina *et al.*, 2019, p. 18).

A dificuldade em se apropriar da língua culta pôde ser verificada durante o minicurso e, a partir dos relatos dos docentes da referida Licenciatura em Educação do Campo, apresenta-se como uma das barreiras que esses sujeitos necessitam superar na criação de um sentimento de pertencimento ao meio acadêmico e apropriação dos meios e ferramentas que dispõem para produzir novos conhecimentos e validar no meio científico os saberes tradicionais. Esse tensionamento entre o erudito e o popular geram conflitantes questionamentos acerca de “como produzir processos de ensino-aprendizagem que de fato sejam capazes de incorporar os conhecimentos dos sujeitos camponeses nos processos” (Molina *et al.*, 2019, p. 18). Essa questão, durante toda a elaboração e execução do minicurso, interrogou aos monitores, uma vez que era necessário levar aos cursistas a normatização sem que lhes fosse imposto deixar de imprimir a materialidade histórica-dialética de cada um em suas produções acadêmicas.

A experiência com o minicurso foi enriquecedor a minha formação acadêmica e no desenvolvimento do meu Trabalho de Conclusão de Curso. Além desse espaço ter se constituído como momento de acolhimento de nossas especificidades, angústias e receios enquanto a elaboração dos trabalhos acadêmicos no contexto da pandemia. (Cursista H).

Promovendo o diálogo entre saberes científicos e tradicionais, a Educação do Campo deve prezar sempre pela construção de um conhecimento plural e heterogêneo, que abrange as especificidades de cada comunidade, instrumentalizando esses sujeitos para compreender como se estruturam os conhecimentos hegemônicos e o que se faz necessário para superá-los e empregá-los em favor dos povos do campo. “A educação do campo encontra-se desafiada como um território produtor de conhecimentos, entendendo essa prática como transformadora e comprometida com a superação da exploração do trabalho e da natureza na perspectiva da acumulação capitalista.” (Molina *et al.*, 2019, p. 5). Portanto, não se trata apenas de oferecer aos camponeses os saberes hegemônicos, mas dar-lhes meios de modificá-los, fazendo com que eles sejam também saberes pertencentes a esses povos e dos quais eles podem se servir para construção de uma cultura de pertencimento e representação legítima.

A organização da LECampo por áreas de conhecimento também se mostrou de grande relevância durante o minicurso. O diálogo promovido entre as diferentes áreas de conhecimento apresentou-se profícuo, uma vez que em torno de dúvidas comuns, foi possível aos cursistas e monitores solidificarem conhecimentos científicos e tradicionais, dando sentido ao trabalho acadêmico: “as práticas nas LECs articulam o debate entre as diferentes áreas do conhecimento, possibilitando espaços de germinação de ricas transformações na produção e circulação do conhecimento científico.” (Molina *et al.*, 2019, p. 19). Sendo o público atendido predominantemente das habilitações CSH e CVN, muitas orientações foram direcionadas, naturalmente, às especificidades e demandas dessas áreas de conhecimento, que se encontravam em vias de conclusão da licenciatura.

O trabalho multidisciplinar, observado na articulação entre as habilitações durante as atividades do minicurso, foi observado também entre os monitores. Embora cada monitor responsável pelo minicurso pertencesse a uma área diferente do conhecimento, em seus respectivos cursos de mestrado e doutorado, mesclando-se psicologia, ciências, trabalho e tecnologia, os resultados foram mais satisfatórios, em grande decorrência da junção desses saberes, de forma a proporcionar um aproveitamento mais integral por parte dos cursistas. Sobre isso, Molina (2019) esclarece a importância de “desencadear, estimular e promover o trabalho coletivo dos educadores da universidade, buscando novas formas de realizar os

processos de ensino-aprendizagem, considerando-se as especificidades dos educandos do campo que estão nas LECs” (p. 20).

Segundo Molina *et al.* (2019, p. 19) “no contexto das escolas do campo, a formação por áreas do conhecimento representa uma alternativa que possibilita mais intensamente o exercício da *práxis* e a aproximação da educação do campo com a realidade camponesa”. Essa constatação se tornou possível a partir do questionário inicial de inscrição, uma vez que os cursistas, ao serem questionados sobre o objeto de pesquisa de seus trabalhos monográficos, evidenciaram, de forma pulsante, como seus modos de vida e a realidade do campo estão presentes nos ideários que eles arquitetam e projetam na pesquisa acadêmica. A materialidade do campo presentifica-se na universidade e eles podem problematizar a realidade em que vivem, dando a ela a solidez de métodos científicos que corroboram com a necessidade de se pensar e valorizar cada dia mais os conhecimentos e materialidades dos povos tradicionais camponeses.

Nesse ínterim, dominar os instrumentos e ferramentas de pesquisa pode descortinar um novo mundo aos camponeses, que se descobrem objetos das suas e de inúmeras outras pesquisas – o materialismo histórico-dialético mostrando sua plena realização no seio da educação. Formar esses sujeitos de modo que lhes seja possível dominar e empregar os saberes acadêmicos na prática de cada um, a partir de sua realidade, é dar-lhes a possibilidade de serem pesquisadores e cientistas de forma contextualizada. De acordo com Molina (2017, p. 596) “a formação para a pesquisa é uma frente intensamente trabalhada nos cursos, sendo componente curricular existente em todos os tempos universidade” o que tivemos oportunidade de fomentar com a realização do minicurso.

Foi possível despertar em muitos cursistas o gosto pela pesquisa científica e a conscientização da necessidade de formarem-se como pesquisadores (Molina, 2017; Molina *et al.*, 2019) para compreenderem a realidade em que vivem e as especificidades da escola em seu território de origem. Os resultados desse esforço em apresentar a pesquisa de forma acessível aos lecampinos resultou em perspectivas novas, projetando, alguns deles, dar prosseguimento à formação em nível de pós-graduação *lato e strictu sensu*. Isso fica evidenciado em relatos dos cursistas, como os que seguem:

A minha experiência com o minicurso, foi excelente, pois consegui aproximar mais, o entendimento das regras da ABNT, necessárias aos trabalhos sugeridos pelos cursos, o que antes, eu não tinha conhecimento e a partir de agora, me leva ao compromisso de continuar estudos e pesquisas, com o objetivo de melhorar cada vez mais a escrita dos textos. Foi muito boa. (Cursista I).

Todos os temas, materiais e diálogos foram muito pertinentes. Gosto de poder ver e interagir com os conteúdos até depois dos encontros, poder entender melhor como funciona este processo de escrita e os motivos da sua estrutura, é o que mais me chama atenção. (Cursista J).

Minha experiência no curso foi de grande aprendizado, pois nos passaram ensinamentos que para mim eram difíceis e que tornou-se mais claro, mais sei que não aprendi tudo, pois isso vou estar praticando e aprendendo mais e mais ao longo da minha jornada de graduação. (Cursista K).

A pesquisa, no contexto da Educação do Campo, ganha um contorno especial, pois possibilita aos licenciandos conhecer e reconhecer os processos produtivos locais, nacionais e globais, as raízes históricas das comunidades em que vivem, e as possibilidades de transformação presentes e futuras que o conhecimento lhes possibilita (Molina, 2017). Isso possibilita alcançar a intrínseca relação entre escola do campo e a materialidade histórica de cada sujeito. Assim, por meio da pesquisa, segue a escola cumprindo sua função no campo, trazendo para dentro de suas discussões os conflitos e lutas da sociedade, promovendo a articulação e possibilidades de atuação frente a essas demandas. “É necessário que esses problemas estejam presentes no cotidiano da escola, sendo ela uma produtora e socializadora de conhecimentos para a comunidade poder enfrentar melhor seus desafios” (Molina, 2017, p. 597).

A possibilidade de se formar enquanto pesquisadores apresenta-se, a esses sujeitos, não só como uma experiência libertadora, mas também propulsora de mais autonomia, protagonismo e responsabilidade por parte deles em relação à vida acadêmica, profissional e pessoal. Essa evolução, por parte dos cursistas, também pôde ser observada durante o desenvolvimento do minicurso, uma vez que todas as atividades, assíncronas e síncronas, eram disponibilizadas em forma de vídeo ou texto, na Plataforma *Google Classroom*, para que o próprio sujeito tivesse condições de organizar seu tempo e usufruir da melhor maneira possível dos materiais disponibilizados. Nessa perspectiva, é de fundamental importância a promoção de “... diversificados tempos e espaços educativos que demandem não só o protagonismo dos educadores em formação, mas também cultivem espaços de sua auto-organização para que aprendam a vivenciar e desencadear processos semelhantes nas escolas do campo” (Molina, 2017, p. 598).

Esse processo de desenvolvimento da autonomia e autogestão tende a levar o sujeito em formação a buscar superar cada vez mais os entraves que lhe são apresentados, indo da consciência de classe para a condição de classe para si (Molina, 2019), compreendendo-se a “impossibilidade da neutralidade do conhecimento científico em uma sociedade cindida em

classes sociais” (idem, p. 601). Essa consciência é despertada nos cursos de Licenciatura em Educação do Campo por meio da compreensão de que os educadores aí formados necessitam estar preparados para atuar em seu meio de origem, atendendo às especificidades dos camponeses, como também dos quilombolas, indígenas dentre outros. “As LEdoCs têm sido capazes de promover processos formativos que consideram essas características como elementos imprescindíveis na formação dos educadores que trabalharão com esses sujeitos” (Molina, 2017, p. 602).

O conhecimento sempre é bem vindo, quando é sobre algo essencial para nossa formação é ainda mais importante. O curso além de trazer novos conceitos que não era do meu conhecimento, também me tirou duvidas do momento pois estou na minha escrita do TCC e relembrou o que é necessário ter em um trabalho de pesquisa. Alguns encontros não pude acompanhar de forma online, mas com a plataforma de sala de aula não fiquei desatualizada em momento nenhum sobre os temas discutidos. Foi um momento muito proveitoso, e espero que sempre no LECAMPO aparece oportunidades como essa. (Cursista L).

A experiência com o curso foi incrível podendo realizar mais criteriosamente a formatação dos trabalhos acadêmicos e pesquisas, porque foram utilizadas de ferramentas que nos fizeram interagir com o que estava sendo proposto com o curso, não tornando-se um curso monótono e teórico, mas com práxis interativa que nos possibilitou colocar na prática o que foi visto teoricamente. Gostaria de agradecer imensamente aos organizadores e ministrantes do curso que se dispuseram a trabalhar em metodologias e estratégias que nos fizessem aprender de uma forma mais integrada e interativa. (Cursista M).

Participar deste Minicurso, foi para mim não só uma ótima experiência para minha formação, mas um grande aprendizado para minha vida, ter mais conhecimentos me faz sentir cada vez mais preparada e autoconfiante. Não participei de todas as atividades, mas levo muitos ensinamentos das que participei e tenho visto na plataforma os conteúdos que foram ofertados. (Cursista N).

Quanto à avaliação, aspecto importante a ser destacado, nota-se ter sido pulsante durante o minicurso a necessidade dos cursistas em desenvolver habilidades e competências para comunicação e apresentação de trabalhos acadêmicos, uma vez que para concluírem a licenciatura, um dos pré-requisitos é a apresentação do TCC monográfico, escrito e padronizado conforme as exigências da ABNT.

Segundo Molina (2017), intentando ir à contramão das exigências das políticas de formação que se orientam pelas exigências dos testes e exames nacionais e internacionais, as Licenciaturas em Educação do Campo procuram superar esse contrassenso, abrindo espaço para conteúdos outros que visem trabalhar aspectos da dimensão humana entrincheirada ao processo educativo. Tanto o é que muitos graduandos, já no fim da licenciatura, possuíam

poucos conhecimentos acerca de ferramentas de pesquisa acadêmica e emprego correto das normas da ABNT em trabalhos acadêmicos.

Esse tensionamento, durante a elaboração do minicurso, gerou pungentes discussões entre os monitores, que visaram encontrar caminhos que levassem os cursistas a compreenderem as normas técnicas sem que para isso precisassem prescindir de sua materialidade histórica transcrita em seus trabalhos acadêmicos. “Nessa perspectiva, a escola deve desenvolver com extrema competência o intelecto dos sujeitos que educa, mas não pode se furtar a trabalhar igualmente a formação de valores, o desenvolvimento político, ético, estético e corpóreo de seus educandos” (Molina 2017, p. 591).

Esse processo de ensino-aprendizagem a partir da realidade do próprio sujeito visa, principalmente, formar cidadãos autônomos e conscientes, capazes de analisar criticamente a realidade em que vivem, dela se apropriando e modificando-a, conforme as necessidades que se apresentam. São sujeitos sócio-históricos, “capazes de compreender e promover a necessária articulação das lutas entre as escolas do campo e a superação dos elementos que sustentam a estrutura da sociedade capitalista” (Molina et al., 2019, p. 4). Esse pensamento comunga com o materialismo histórico-dialético, basilar na compreensão da formação oferecida aos camponeses, “assumindo e defendendo a educação como um direito e um bem público e social” (Molina et al., 2019, p. 5).

Cursos e minicursos como o aqui relatado, podem, nesse contexto, auxiliar a incentivar os próprios camponeses a buscarem, cada vez mais, formação e espaço de discussão de direitos frente às constantes investidas do governo contra as políticas públicas direcionadas à educação pública e, mais especificamente, à Educação do Campo. “Daí a necessidade premente de construir formas para consolidar as conquistas e abrir novas frentes de luta no sentido de ampliar a ocupação do espaço acadêmico” (Molina et al., 2019, p. 24). Em acordo com o que diz Molina (2019, p. 24), “a fortaleza da educação do campo reside em sua materialidade de origem, que consiste em sua vinculação a um projeto de educação, de campo e de sociedade protagonizado pelos camponeses e seus contextos”.

Isso recorda a intencionalidade do ato educativo, que de nenhuma forma pode se apresentar neutro e isento de ideologias, pois se constitui como parte da história e por seus atores constituídos. Oportunizar a compreensão de que todo conhecimento é fruto de processos históricos e trazem consigo projetos de sociedade daqueles que os instituíram auxilia para que os camponeses vejam o conhecimento científico de outra forma, “não como

algo abstrato e inatingível, mas como uma ferramenta que deve estar a serviço da melhoria de vida da humanidade” (Molina, 2019, p. 604).

Considerações finais

Os cursos de Licenciatura em Educação do Campo são importantes conquistas no âmbito das políticas públicas, uma vez que asseguram o acesso e a permanência dos povos do campo ao Ensino Superior de qualidade, oferecido por instituições públicas de ensino. Nesse sentido, pensar a produção acadêmica das LEdoCs e em que condições essa produção tem sido realizada é de fundamental importância para que se compreenda melhor o “processo de fortalecimento da educação do campo no tocante ao resultado das lutas e das conquistas dos camponeses” (Molina *et al.*, 2019, p. 3).

A necessidade do Ensino Remoto Emergencial (ERE), devido à pandemia da COVID-19, expôs, de forma mais contundente, as desigualdades que já podiam ser verificadas antes da pandemia na educação, principalmente aquelas que dizem respeito aos grupos mais vulneráveis, como os povos do campo, quilombolas e indígenas. As especificidades e intencionalidades da Escola do Campo, quais sejam, “reconhecer e legitimar os modos de vida e de trabalho do camponês, ao mesmo tempo que significa um instrumento de luta por garantia de direitos” (Ribeiro *et al.*, 2021, p. 81) viram-se, mais do que nunca, comprometidas, uma vez que, além dos desafios impostos pela pandemia, esses povos necessitam lutar contra as atualizações da necropolítica neoliberal de direita, que tem assombrado o Brasil e colocado “em xeque” todas as conquistas e direitos, principalmente dos povos mais vulneráveis.

Considerando a crise política e democrática que enfrenta o país, acreditamos que cursos como esse apresentam-se de fundamental importância para instrumentalizar esses sujeitos camponeses, oferecendo-lhes a oportunidade de se apropriarem dos meios os quais se serve a cultura hegemônica, de modo a dar-lhes possibilidades consistentes de modificar e atuar ativamente no meio social, integrando e conscientizando-se das lutas vigentes na sociedade neoliberal capitalista.

Pensar a Educação do Campo como fruto dos povos do campo leva-nos a reafirmar a importância do campo como fonte inesgotável de saberes, sendo de fundamental importância a instrumentalização desses sujeitos camponeses na luta contra o agronegócio, desempenhado a escola do campo um papel fundamental no enfrentamento da desterritorialização ocasionada

pelo capitalismo em sua forma mais selvagem. Essa apropriação capitalista do campo busca sorver até a última matéria prima que o campo possa lhe oferecer, em detrimento da agroecologia e da agricultura familiar, principais fontes de recursos para os povos camponeses.

Minicursos como esse devem objetivar, portanto, mais do que simples professores reprodutores de saberes acadêmicos, formar sujeitos conscientes e críticos, capazes de articular território, trabalho, educação e cultura em sua prática cotidiana. Isso é importante, pois nos recorda que grande parte dos camponeses que chagam às LEdoCs pelo Brasil já são educadores em seus territórios de origem, buscando nos cursos a formalização do trabalho que por muitos anos foi ignorado pelo poder público. A Licenciatura em Educação do Campo intenta, à vista disso, não apenas formar professores aptos a gerir demandas relativas à sua área de conhecimento e à escola, mas também a comunidade em que estão inseridos.

A experiência do minicurso, corroborada pelos relatos dos cursistas, evidencia como é possível a apropriação por parte dos povos do campo dos conhecimentos científicos e acadêmicos, sem detrimento de suas materialidades históricas, uma vez que faz parte dos fundamentos que deram origem à LEdoC fomentar na formação docente “o cultivo de uma nova sociabilidade, cujo fundamento seja a superação da forma capitalista de organização do trabalho, na perspectiva da associação livre dos trabalhadores, na solidariedade e na justa distribuição social da riqueza gerada coletivamente pelos homens” (Molina, 2017, p. 592).

Em tempos de grandes incertezas sociais, econômicas, culturais e políticas, é papel também da universidade encontrar meios de se reinventar e criar formas de acolher os diferentes modos de vida que a constitui, promovendo a dignificação dessas vidas. Por meio de ações voltadas para a promoção do saber humanizado, projetos de extensão que visem alcançar a realidade da comunidade universitária devem ser priorizados, assumindo docentes e monitores papel fundamental na efetivação desses projetos. Para além das adversidades, acredita-se que o minicurso demonstrou a possibilidade de dar prosseguimento a um projeto de educação inclusiva e atento às especificidades das minorias de nosso país.

Referências

Antunes-Rocha, M. I. (2019). Licenciatura em Educação do Campo na UFMG: da luta à institucionalidade - que caminhos estamos construindo? In Molina, M. C., & Martins, M. F. A. *Formação de formadores: reflexões sobre as experiências da Licenciatura em Educação do Campo no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica.

Caldart, R. S. (2019). Concepção de Educação do Campo: um guia de estudo. Formação de formadores. In Molina, M. C., & Martins, M. F. A. (Orgs.). *Formação de formadores: reflexões sobre as experiências da Licenciatura em Educação do Campo no Brasil* (pp. 55-76). Belo Horizonte: Autêntica.

Gonçalves, M. F. et al. (2021). A importância da monitoria acadêmica no ensino superior. *Práticas Educativas, Memórias e Oralidades-Rev*, 3(1), e313757-e313757. <https://doi.org/10.47149/pemo.v3i1.3757>

Leal, A. A., Dias, A. C., & Camargo, O. P. (2019). Cartografia das Licenciaturas em Educação do Campo no Brasil: expansão e institucionalização. In Molina, M. C., & Martins, M. F. A. (Orgs.). *Formação de formadores: reflexões sobre as experiências da Licenciatura em Educação do Campo no Brasil* (pp. 39-53). Belo Horizonte: Autêntica.

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (1996, 23 de dezembro). Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, seção 1. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm

Molina, M. C. (2017). Contribuições das Licenciaturas em Educação do Campo para as políticas de formação de educadores. *Educação & Sociedade*, 38, 587-609. <https://doi.org/10.1590/es0101-73302017181170>

Molina, M. C., & Martins, M. F. (2019). Reflexões sobre o processo de realização e sobre os resultados dos seminários nacionais de formação continuada de professores das Licenciaturas em Educação do Campo no Brasil. In Molina, M. C., & Martins, M. F. (Orgs.). *Licenciatura em Educação do Campo: reflexões para a formação de educadores* (pp. 10-33). Belo Horizonte: Autêntica.

Molina, M. C., Antunes-Rocha, M. I., & Martins, M. F. A. (2019). A produção do conhecimento na licenciatura em Educação do Campo: desafios e possibilidades para o fortalecimento da educação do campo. *Revista Brasileira de Educação*, 24, 1-12. <https://doi.org/10.1590/s1413-24782019240051>

Ribeiro, L. P., et al. (2021). Educação, povos do campo e pandemia da COVID-19: reflexões a partir de um projeto de extensão de uma universidade pública brasileira. *Revista Iberoamericana de Educación*, 86(1), 79-96. <https://doi.org/10.35362/rie8614259>

Ribeiro, L. P., Leal, Á. A. A., & Martins, M. F. A. (2021). Saúde, Pandemia e Povos do Campo: análises a partir de um projeto de extensão. *Periferia*, 13(1), 297-324. <https://doi.org/10.12957/periferia.2021.55184>

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 25/01/2022
Aprovado em: 13/09/2022
Publicado em: 29/10/2022

Received on January 25th, 2021
Accepted on September 13th, 2021
Published on October, 29th, 2022

Contribuições no Artigo: Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

Não tem.

Funding

No funding.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Lima, P. H. T., Ribas, S. R. S., & Ribeiro, L. P. (2022). Relato de experiência de um projeto de extensão com universitários/as campesinos/as em tempos de pandemia: formação para pesquisa. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 7, e13812. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e13812>

ABNT

LIMA, P. H. T.; RIBAS, S. R. S.; RIBEIRO, L. P. Relato de experiência de um projeto de extensão com universitários/as campesinos/as em tempos de pandemia: formação para pesquisa. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 7, e13812, 2022. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e13812>